



Olho Marinho[®]
Barro Preto

Caderno de Especificações para a certificação do Barro Preto de Olho Marinho



FICHA TÉCNICA

Estudo inicial
CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais
Dezembro 2008

Coordenação e elaboração do caderno de especificações
Graça Ramos

Pesquisa bibliográfica/documental, textos e trabalho de campo
Graça Ramos
Pedro Rêgo
Conceição Rios

Colaboração
Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares
ADIP – Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares
Fernando Correia – oleiro de Olho Marinho

Revisão do caderno de especificações
Portugal à mão
Centro de Estudos e Promoção das Artes e Ofícios Portugueses
Graça Ramos
Julho 2017

ÍNDICE

1. A certificação do barro preto de Olho Marinho: enquadramento	4
2. Caderno de especificações para certificação do barro preto de Olho Marinho	5
2.1. Introdução	5
2.2. Nome ou denominação de venda do produto	6
2.3. Enquadramento histórico-geográfico da produção, considerando a respectiva origem e/ou vínculo ao centro difusor mais relevante	7
2.3.1. A louça preta em Portugal: uma breve introdução	7
2.3.2. A louça preta na Região Centro: aproximação ao centro olário de Olho Marinho	8
2.3.3. Barro preto de Olho Marinho nos séculos XVIII e XIX	14
2.3.4. A participação da família na produção oleira de Olho Marinho	18
2.3.5. Barro Preto de Olho Marinho no século XX	20
2.3.6. A crise da olaria artesanal	22
2.3.7. A comercialização de louça preta	24
2.3.8. A chanfana e o caçoilo	25
2.4. Delimitação geográfica da área de produção	27
2.5. Identificação e caracterização das matérias-primas utilizadas	29
2.5.1. As matérias-primas	29
2.5.2. Extração e preparação do barro	30
2.6. Descrição do modo de produção, designadamente técnicas, ferramentas utilizadas e equipamentos auxiliares	32
2.6.1. O torno de oleiro e utensílios	32
2.6.2. A secagem e a cozedura	33
2.6.3. A decoração	35
2.7. Identificação das principais características físicas do produto, tais como dimensões, formas, desenhos ou padrões e cores predominantes	37
2.8. Condições de inovação no produto e no modo de produção que, abrindo essa possibilidade, garantam a preservação da identidade do produto	45
2.9. Referência às normas de qualidade a que o produto está sujeito, designadamente as que se relacionam com a fiabilidade do mesmo ou com requisitos específicos de saúde e segurança	46
Bibliografia	47

1. ENQUADRAMENTO

É, hoje em dia, facto assente que as artes e ofícios tradicionais devem ser estudadas séria e aprofundadamente, pois são prova inequívoca de saberes, técnicas, modos de estar e de viver das comunidades, documentos essenciais para o conhecimento da cultura popular e para o reconhecimento das linhas que definem as características próprias de uma identidade.

Esta necessidade de estudo das artes e ofícios tradicionais torna-se ainda mais premente quanto sabemos que há actualmente produções completamente descaracterizadas, totalmente desvinculadas da sua história de origem, desenquadradas do seu contexto sócio-cultural, e ainda outras em vias de extinção, sem seguidores, que se apagarão dos registos caso não sejam tomadas medidas urgentes tendentes ao seu estudo e revitalização.

É o caso de Olho Marinho, núcleo olárico com tradição na produção de olaria negra, cuja sobrevivência e desenvolvimento futuros dependerão de um conjunto de medidas, pelas quais passa, indubitavelmente, o estudo e a certificação desta produção artesanal. Esta iniciativa permitirá reforçar a identidade local através da valorização e requalificação dos recursos endógenos, permitindo e fomentando a associação da olaria negra à gastronomia (nomeadamente à tradicional chanfana de Vila Nova de Poiares) e proporcionando a dinamização de actividades de promoção e divulgação em torno do património local (seja ele material, imaterial ou gastronómico).

A certificação aparece aqui como motor de recuperação, requalificação e desenvolvimento da actividade artesanal em causa, proporcionando condições para que a produção sobreviva, se desenvolva e alcance um plano economicamente viável, aliando as valências tradicionalmente observadas a medidas inovadoras adequadas e imprescindíveis à recuperação e desenvolvimento da produção.

2. CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES PARA A CERTIFICAÇÃO DO BARRO PRETO DE OLHO MARINHO

2.1. Introdução

O caderno de especificações é o documento normativo em torno do qual se desenvolverá a certificação do Barro Preto de Olho Marinho e contempla a identificação e caracterização rigorosas desta produção artesanal, com referência aos respectivos parâmetros de qualidade e genuinidade. Resultado das várias etapas do trabalho de investigação, o caderno de especificações é o instrumento onde serão apresentadas as características do Barro Preto de Olho Marinho e onde serão indicados todos os parâmetros que irão ser considerados na sua certificação.

Mais concretamente fornecerá os seguintes elementos:

- Nome ou denominação de venda do produto;
- Enquadramento histórico-geográfico da produção, considerando a respectiva origem e/ou o seu vínculo ao centro difusor mais relevante;
- Delimitação geográfica da área de produção;
- Identificação e caracterização das matérias-primas utilizadas;
- Descrição do modo de produção, designadamente técnicas, ferramentas e equipamentos auxiliares;
- Identificação das principais características físicas do produto, tais como formas, dimensões, padrões, cores e desenhos predominantes;
- Condições de inovação no produto e no modo de produção que, abrindo essa possibilidade, garantam a preservação da identidade do produto;
- Referência às normas de qualidade a que o produto está sujeito, designadamente as que se relacionam com a fiabilidade do mesmo ou com requisitos específicos de saúde e segurança, sempre que tal se justifique.

No caso específico de Olho Marinho, lugar de uma das freguesias do concelho de Vila Nova de Poiares (S. Miguel de Poiares), e dado tratar-se de um universo muito reduzido cuja produção se encontra em vias de extinção, o processo de certificação poderá funcionar como alavanca para a revitalização desta actividade artesanal e para o seu desenvolvimento futuro.

2.2. Nome ou denominação de venda do produto

A Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, entidade promotora do presente processo de certificação, vem requerer junto do IEFP, I.P. o registo da produção artesanal tradicional “Barro Preto de Olho Marinho” no Registo Nacional de Produções Artesanais Tradicionais Certificadas.

Trata-se de uma marca composta por símbolo e denominação, cujo logótipo será como a seguir se exemplifica (a cores, preto e branco ou negativo) e como consta de manual de identidade respetivo:

Denominação:

Barro Preto de Olho Marinho

Logótipo:



Este pedido de registo é sustentado pelo caderno de especificações da produção artesanal “Barro Preto de Olho Marinho” aqui apresentado, o qual foi elaborado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 121/2015 de 30 de Junho que cria e regulamenta o Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais, sistema este que é da responsabilidade e gestão do IEFP, I.P. (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

Posteriormente, a entidade promotora promoverá o registo da denominação da produção sob a forma de IG – Indicação Geográfica e sob a forma de marca junto do INPI, I.P. (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

2.3. Enquadramento histórico-geográfico da produção, considerando a respectiva origem e/ou vínculo ao centro difusor mais relevante

2.3.1. A louça preta em Portugal: uma breve introdução

A designação de louça preta engloba, num mesmo conceito, realidades díspares que variam conforme o centro produtor. De facto, a louça nem sequer é sempre preta, sendo, em alguns casos, de tonalidade cinza claro. Da mesma forma, a natureza e composição do barro também difere de um local para o outro e a própria decoração e funcionalidade das peças é muito variada. As peças podiam ser feitas na roda baixa ou num torno, este último de uso preferencial na região centro de Portugal. Há, no entanto, uma característica comum a todas estas peças que permitem ser agrupadas num mesmo conceito: a cozedura em atmosfera redutora (tradicionalmente em soenga ou num forno a lenha de duas câmaras). Neste tipo de cozedura, os óxidos libertados na combustão não são expelidos para o exterior sendo integrados no processo de cozedura das peças, o que lhes confere a tonalidade escura.

Em termos históricos, e como refere Ricardo Teixeira¹, a louça preta teve épocas em que esteve na “moda” e outras em que a predilecção foi claramente para a louça vermelha. Até finais do século I a.C., a preferência era dirigida para a louça preta de tradição helénica, representada pela cerâmica “campaniense”. A partir dessa altura a louça vermelha começou a impor-se como se pode ver nos diferentes tipos de “terra sigillata” encontrados pelos arqueólogos em diversas localidades. A partir do fim do império romano e à medida que se caminhava para a alta Idade Média, a louça preta voltou a ocupar um lugar de destaque. Finalmente, a partir da baixa Idade Média reaparecem as louças vermelhas começando a divulgar-se, a partir do século XIII, as cerâmicas com vidrado de chumbo.

A produção de louça preta no território nacional, apesar de distinta entre si, estendeu-se geograficamente pelo norte e centro do país. Isabel Maria Fernandes² detectou a existência de 53 locais de produção de louça preta entre os séculos XVII e XX e destes, apenas o centro produtor de Pinhal Novo se localizava no sul do país. Dos 53 locais identificados, a autora constatou, em 1997, a permanência de apenas 8: Vilar de Nantes (Chaves), Bisalhães (Vila Real), Santa Maria de Galegos

¹ TEIXEIRA, Ricardo – Cerâmica preta: o “olhar” do arqueólogo. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 17-23.

² FERNANDES, Isabel Maria – Sua geografia. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 28-33.

(Barcelos), Gondar (Amarante), Fazamões (Resende), Molelos (Tondela), Miranda do Corvo e Olho Marinho (Vila Nova de Poiares).

Embora esta já não seja a realidade de hoje, uma vez que nos últimos 20 anos estes centros (à excepção de Molelos) têm vindo a conhecer um abandono progressivo e alguns até a extinção, a situação poderá atenuar-se ou até inverter-se, uma vez que estão a ser desenvolvidos processos de revitalização, requalificação e certificação da olaria artesanal tradicional em alguns destes centros (Bisalhães, Vilar de Nantes e, agora, Olho Marinho).

Sabemos que, em tempos mais recuados, o centro produtor de louça preta de Olho Marinho teve, na sua envolvente, a presença de outros centros como Pombeiro, Antanhol, Sazes, Lousã, Candosa, Covas, Oliveira do Hospital e Vila Nova de Ceira. Como vemos, Olho Marinho está historicamente localizado num contexto onde existiam diversos locais de produção de louça preta, com todas as implicações e influências que este facto demonstra. Veremos a seguir um pouco da história da cerâmica na região de Vila Nova de Poiares e do seu contexto envolvente.

2.3.2. A louça preta na Região Centro: aproximação ao centro olário de Olho Marinho

Saber a partir de que data começou a desenvolver-se a olaria negra na região de Vila Nova de Poiares e, particularmente, na localidade de Olho Marinho, é uma tarefa de uma enorme complexidade dada a falta de provas e registos, quer materiais quer escritos, que testemunhem a ocorrência e a evolução desta actividade neste território.

Segundo Raquel Vilaça³, a tecnologia do torno foi introduzida pelos fenícios no território português na transição do século IX para o VIII a.C., através de feitorias que esse povo fundou na foz de diversos rios navegáveis, como o Mondego. É o que se apura na estação arqueológica de Santa Olaia (Figueira da Foz), relativamente perto de Vila Nova de Poiares, onde foram encontrados vestígios de produção olária de inspiração fenícia, como as ânforas, por exemplo.

³ VILAÇA, Raquel – Considerações sobre cerâmicas pré e proto-históricas do território português. In: MUSEU DA OLARIA – A produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro: actas do colóquio. Barcelos: Museu da Olaria, 2007.

Na estação arqueológica de Conímbriga também se podem encontrar vestígios de peças cerâmicas pré-romanas, de fabrico local, produzidas na roda de oleiro. Jorge Alarcão⁴ refere que foram encontrados vestígios de cerâmica (potes, pratos, tigelas, taças e talhas) produzida à roda na camada arqueológica anterior a Octávio Augusto (imperador romano de 27 a.C. até 14 d.C.), embora seja difícil, segundo o autor, localizar no tempo de forma mais exacta a proveniência desses mesmos fragmentos. De referir ainda que na camada estratigráfica pré-romana de Conímbriga foram encontrados abundantes fragmentos correspondentes a uma louça cinzenta, algumas vezes bastante escura, designada por “buchero”.

Com a ocupação romana de Conímbriga, na segunda metade do século I a.C., continuaram a fabricar-se peças torneadas na roda de oleiro, dedicadas sobretudo a uma utilização quotidiana, a par da cerâmica fina que era importada de fora. As peças de uso comum da época romana encontradas em Conímbriga são os jarros, os pucarinhos, as malgas, os pratos, as ânforas e as talhas. A descoberta de três relas prova igualmente a existência de tornos de oleiro nessa localidade. Na vila da Lousã também foram encontrados fragmentos cerâmicos pertencentes a vasos de barro da época romana⁵. Estes exemplos revelam claramente que a olaria está presente na região coimbrã há mais de dois mil anos.

No entanto, para encontrarmos evidências escritas acerca da olaria na região temos que socorrer-nos de diversos documentos de épocas mais recentes. O primeiro deles é o Regimento do Ofício dos Oleiros de Coimbra, datado de 1514. Depois segue-se o Foral Manuelino de Coimbra, de 1516, assim como os Forais Manuelinos (datados do início do século XVI) de diversos concelhos que actualmente fazem fronteira com o de Vila Nova de Poiares. Outro importante testemunho é o Regimento da Procissão do Corpo de Deus de Coimbra, datado de 1517 e, já para o século XVII, uma série de encomendas que a Universidade de Coimbra faz a diversos oleiros para obras a realizar nos edifícios universitários. Finalmente faremos ainda referência a documentação encontrada para o centro oleiro de Miranda do Corvo que, pela sua proximidade e afinidade a Vila Nova de Poiares, é interessante analisar.

Evidência do grau de organização e profissionalização que o ofício de oleiro possuía na área do actual distrito de Coimbra nos inícios do século XVI é o **Regimento do Ofício de Oleiro, datado de 1514**.

⁴ ALARCÃO, Jorge – **Cerâmica comum local e regional de Conímbriga**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Suplemento da Revista “Biblos”, nº 8.

⁵ LEMOS, Álvaro V. – **A Lousã e o seu concelho**. Lousã: Câmara Municipal, 1988.

Este regimento indica-nos claramente que a profissão de oleiro era, à época, organizada num formato corporativo. Estas corporações, que a nível europeu começaram a surgir a partir da baixa idade média, eram verdadeiras associações profissionais que tinham por objectivo regulamentar, não só o processo produtivo, mas igualmente a hierarquia profissional. Desta forma, todos os ofícios organizados de forma corporativa tinham um regimento que determinava, além de uma série de outras questões, a forma das peças que eram produzidas e o preço de venda, assim como os exames a que os artesãos tinham que se submeter para poderem evoluir na sua carreira profissional. Havia, por exemplo, a corporação dos sapateiros, dos oleiros, dos ferreiros, entre muitas outras.

Na base da hierarquia de uma corporação profissional encontrava-se o aprendiz que, como o nome indica, tinha por missão aprender os segredos da arte, não recebendo qualquer salário. Acima do aprendiz encontrava-se o oficial, que já recebia salário e, acima deste, o mestre, que era o dono da oficina e aquele que era responsável pela formação do aprendiz. Para um indivíduo passar de aprendiz a oficial e depois a mestre tinha que se submeter a exames que eram avaliados pelos juizes do ofício.

O Regimento do Ofício dos Oleiros Coimbrões, ao definir com todo o pormenor o preço a que as peças cerâmicas deviam ser vendidas, permite-nos ter uma ideia das peças mais importantes produzidas na região de Coimbra nos inícios do século XVI: cântaros, alguidares, cabaças, púcaros, tigelas, infusas, talhas, camareiros, fogareiros, almudes de lagar e sangradeiras.

Relativamente ao **Foral de Coimbra⁶ (1516)** é de realçar que possuía um capítulo inteiramente dedicado às “cousas de barro”, onde era estipulado o imposto a pagar pelos oleiros que transportavam louça em cavalos para Coimbra. Determinava o foral que por cada cavalo, devia o comerciante pagar 4 reais pela louça de barro do reino não vidrada e 8 reais pela vidrada. A louça não vidrada de fora do reino era taxada em 8 reais e a vidrada, também de fora do reino, estava sujeita a um imposto de 10 reais. O mesmo foral determinava, contudo, no capítulo dedicado às coisas que não pagam portagem, que todos os produtos que circulavam entre a cidade e o seu termo estavam isentos de portagem.

Concelhos que hoje são vizinhos de Vila Nova de Poiares também receberam forais manuelinos. É o caso do **Foral de Arganil (1514)**, o de **Lousã (1513)** e o de **Miranda do Corvo (1513 ou 1514)**. Todos

⁶ PINTO, J. Loureiro – **Forais de Coimbra**. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1940.

esses forais indicam, no capítulo dedicado às obras de barro, o seguinte: “E por carga mayor de quall quer telha ou tejollo e outra louça de bairo ajmda que seja vidrada e do regno e de fora delle se pagarão os ditos três reaaes.”⁷ É curioso verificar que o imposto aqui estipulado é bastante inferior ao estipulado para Coimbra. Tal facto deve ficar a dever-se à importância de Coimbra enquanto mercado regional e onde os comerciantes preferencialmente se concentravam.

A aplicação de impostos à louça de barro parece-nos indicativa da importância que a actividade olárica já teria, nessa época, para a região envolvente de Vila Nova de Poiares.

A existência de um **Regimento que organizava a Procissão de Corpo de Deus em Coimbra no ano de 1517** é mais uma prova do grau de estruturação dos ofícios nesta cidade. De facto, era às diversas corporações de ofícios que era exigido participar, cada um à sua maneira e com tarefas distintas, na referida procissão. No referido regimento eram chamados a participar 17 profissões, organizadas em doze bandeiras: os oleiros iam na quarta bandeira. Eram obrigados, sob ameaça de incorrer numa pena, a participar na procissão não só os da cidade mas igualmente os do termo de Coimbra. Ora, segundo o Arquivo Coimbrão⁸, no século XVI a área do termo de Coimbra era vasta e incluía toda a área do concelho de Coimbra e ainda freguesias de diversos concelhos modernos, entre os quais Vila Nova de Poiares.

Também a **documentação proveniente da mesa da fazenda da Universidade de Coimbra**, particularmente a respeitante à contratação de artistas para a realização de trabalhos nos edifícios da Universidade, revela-nos que, no século XVII, se procedeu a diversas adjudicações de obras a oleiros da cidade de Coimbra. Em 1635, por exemplo, a Universidade determina que se pague aos oleiros Pedro Dias e António Ferreira seis mil réis em troca de quatrocentas telhas vidradas⁹. Estes documentos são importantes para se perceber que, à época, os oleiros não faziam apenas louça utilitária mas também se dedicavam à fabricação de telha e tijolo para dar resposta às diversas necessidades existentes na área da construção civil. É o que se pode deduzir, igualmente, do seguinte documento: “No mesmo dia [11 de Dezembro de 1649] se passou mandado a Bento Luis e Sebastião Luis oleiros pera o mesmo Manoel froés lhe pagar noue mil e quinhentos e nouenta e cinco rs. Que

⁷ CARVALHO, Luís Fernando de – **Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve: Beira**. [S.l.]: Edição de Autor, 1961. De referir que o foral de Miranda do Corvo encontra-se transcrito em:

CAPÃO, António Tavares Simões – **As Cartes de foral de Miranda do Corvo**. [S.l.]: Edição Mirante, 1989.

⁸ BIBLIOTECA MUNICIPAL DE COIMBRA - **Arquivo Coimbrão: boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra**. Director J. Pinto Loureiro. Volume IV (1938-1939). Coimbra.

⁹ ALMEIDA, M. Lopes – **Artes e ofícios em documentos da Universidade 1630 – 1650**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. Separata do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, volume XXIX.

em meza se lhe mandarã pagar per se lhe deuerem de Telha e Teiollo q dera pera U.de Diogo frz. De Mesq.ta o escreuj”.¹⁰

Finalmente, alguns dados referentes aos oleiros de Miranda do Corvo que consideramos importantes devido à proximidade e afinidade existente em relação a Vila Nova de Poiares. Segundo Belisário Pimenta¹¹, o centro oleiro de Miranda do Corvo existe desde meados do século XVI, altura em que o autor identificou a existência de 6 oleiros. Já entre os anos de 1660 e 1680, um século mais tarde, existiam 57 oleiros a trabalhar no concelho. Segundo o mesmo autor, foram ainda encontrados nos livros de acórdãos da Câmara de Miranda do Corvo, entre 1674 – 1677, documentos que comprovam a presença duma corporação de oleiros nessa vila em meados do século XVII. É particularmente referida a eleição de Duarte Correia para juiz do ofício de oleiro, feita em 30 de Janeiro de 1675. De registar, finalmente, que nos dados apurados por Belisário Pimenta, e pelo menos até 1820, nunca mais o número de oleiros identificados em Miranda do Corvo ultrapassou a de meados do século XVII (57). De facto, entre 1680 e 1700 foram encontrados 52 oleiros, entre 1760 e 1780 foram identificados 31 e, por último, entre 1800 e 1820 o autor apenas deu conta de 20 oleiros.

Não temos qualquer tipo de informação, até agora, da espécie da que é presente nos forais ou mesmo relativa a uma corporação de oleiros para Vila Nova de Poiares ou Olho Marinho. E isto porque a área que actualmente constitui Poiares esteve integrada durante muito tempo no termo de Coimbra e, portanto, as regulamentações administrativas que eram estabelecidas para essa cidade também deveriam ser cumpridas em todo o seu termo¹². Podemos especular, por exemplo, se entre os oleiros do termo de Coimbra que eram obrigados a participar na procissão do Corpo de Deus estariam alguns de Poiares. Não temos contudo certezas.

O facto de Poiares ter sido durante muito tempo uma localidade pertencente ao termo de Coimbra, só passando a ser concelho (de forma definitiva) em 1905, limita o tipo de informação a que se consegue aceder. Como afirmou Veríssimo Serrão a propósito de Vila Nova de Poiares, “A explicação para o reduzido conhecimento que possuímos da história local, sem dúvida que a vamos encontrar na estrutura geográfica que retardou a sua concentração urbana. Poiares não foi, até ao século XX,

¹⁰ ALMEIDA, M. Lopes – **Artes e ofícios em documentos da Universidade 1630 – 1650**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. Separata do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, volume XXIX.

¹¹ PIMENTA, Belisário – Oleiros de Miranda do Corvo. In: **Revista Arte e Arqueologia**. II ano. Nº 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933.

¹² De facto, o concelho de Poiares apenas foi criado no ano de 1836 e logo em 1839 seria eliminado para ficar integrado no de Penacova. Em 1855, por sua vez, Poiares seria integrado no concelho da Lousã, regressando ao de Penacova em 1878. Só em pleno século XX, mais precisamente em 1905, é que Vila Nova de Poiares seria definitivamente elevada a concelho.

um sítio determinado, do tipo de vila ou aldeia, mas antes uma zona de povoamento descontínuo com a população dispersa por várias freguesias.”¹³

É natural concluir-se, no entanto, que também as terras que actualmente fazem parte do concelho de Poiares, e em particular Olho Marinho, teriam, por volta do século XVI, alguma actividade importante no fabrico de louça de barro. De facto, seria muito pouco provável que as zonas envolventes de Poiares, como Coimbra ou Miranda do Corvo, albergassem diversas olarias e oleiros e localidades com matéria-prima em abundância e de qualidade, como Olho Marinho, ficassem imunes, quais ilhas, a essa indústria artesanal.

Ainda para mais, a zona tradicionalmente chamada de “Poiares de Coimbra” (assim denominada por esta vila ter pertencido ao antigo termo da cidade de Coimbra) foi desde o império romano atravessada por vias de comunicação bastante importantes, tornando-se, assim, num ponto de passagem relevante de pessoas e de mercadorias várias. Segundo Manuel Leal Júnior¹⁴, a área de Poiares era atravessada, na época romana, por duas importantes estradas: a estrada que ligava Coimbra à Guarda, passando por Santo André de Poiares, e a estrada que ligava Tomar a Tondela, passando por São Miguel de Poiares. Foi devido a essa centralidade que, mais tarde, em plena Idade Média, se construiu em Poiares, na actual freguesia da Arrifana, uma importante albergaria, que dava guarida aos peregrinos, mercadores e demais tipos de viandantes. A albergaria foi mandada construir, segundo Joaquim Veríssimo Serrão¹⁵, por voto da rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques.

Ou seja, dificilmente se poderia considerar Vila Nova de Poiares como um local isolado já que, desde o império romano, se encontrava na encruzilhada de importantes vias. O mais provável, portanto, é concluir-se que Poiares, dada a sua centralidade geográfica, participou, ao longo da sua história, do contexto e da dinâmica da economia regional envolvente. Não podemos assegurar, como é natural, quando começou a produção de louça de barro em Olho Marinho. No entanto, e pelo que ficou exposto atrás, não será muito arriscado avançar que tal actividade já teria uma expressão considerável em meados do século XVI, pelo menos.

¹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Um passeio pela história de Poiares: dos séculos XII a XIX. In: GUEDES, Rui [direcção] - **Vila Nova de Poiares: um passado com futuro**. Vila Nova de Poiares: Edição de Rui Guedes, 2001. pp. 13 – 30.

¹⁴ JÚNIOR, Manuel Leal – **Vila Nova de Poiares: monografia**. Vila Nova de Poiares: [Câmara Municipal], 1978.

¹⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Um passeio pela história de Poiares: dos séculos XII a XIX. In: GUEDES, Rui [direcção] - **Vila Nova de Poiares: um passado com futuro**. Vila Nova de Poiares: Edição de Rui Guedes, 2001. pp. 13 – 30.

2.3.3. Barro preto de Olho Marinho nos séculos XVIII e XIX

As primeiras evidências documentais da existência de oleiros em Vila Nova de Poiares só aparecem, contudo, nos registos paroquiais da segunda metade do século XIX¹⁶. O interesse do estudo destes assentos prende-se com o facto de que, a partir de 1860, estes registos passam a incluir as profissões de alguns dos intervenientes nestes actos. Assim, nos registos de baptismo são registadas as profissões dos pais da criança baptizada e dos padrinhos, nos registos de casamento são discriminados os ofícios dos noivos e testemunhas e, finalmente, nos de óbito, eram apontadas as profissões da pessoa falecida e dos seus pais¹⁷.

Nos registos paroquiais da **freguesia de Santo André de Poiares** foram encontrados 90 assentos onde figuram oleiros: 81 homens e 9 mulheres. No entanto, é preciso refinar estes números já que uma boa parte deles é referente a oleiros que se repetem nos registos (no caso, por exemplo, de um oleiro ter mais do que um filho o seu nome vai aparecer mais do que uma vez em diferentes registos). Para se encontrar os oleiros que se repetiam ao longo dos registos tiveram que ser analisados não só os seus nomes, mas igualmente o nome das suas mulheres ou maridos (conforme se tratasse de um oleiro ou oleira), assim como o nome dos avós paternos e maternos dos baptizados. Desta forma, conseguiu-se distinguir aqueles que, apesar do mesmo nome, eram pessoas diferentes, daqueles que eram efectivamente a mesma pessoa.

Foram assim encontrados 57 oleiros, 49 de sexo masculino e 8 de sexo feminino. No seguinte quadro podem ser observados os seus nomes e moradas (incluindo, a cinzento, os nomes repetidos):

Baptizados / Freguesia de Santo André de Poiares

Código Arquivo	Nº de registo	Nome	Designação do ofício	Naturalidade	Morada	Relação com o baptizado
B11 (1861)	20	José Bernardo	Panelheiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B11 (1861)	20	Carlos Pereira	Panelheiro	-	Olho Marinho	Padrinho
B11 (1861)	21	João Fernandes	Panelheiro	-	Forcado	Padrinho
B11 (1861)	27	João José	Panelheiro	Alveite Grande	Alveite Grande	Pai
B12 (1862)	22	José Ferreira	Panelheiro	Forcado	Vale de Vaíde	Pai
B12 (1862)	22	Maria Ferreira	Panelheira	Vale de Vaíde	Vale de Vaíde	Mãe
B12 (1862)	62	João José	Panelheiro	Alveite Grande	Alveite Grande	Pai

¹⁶ Os registos paroquiais apenas começam a referir a profissão dos intervenientes nos actos a partir de 1860.

¹⁷ A investigação a estes registos fixou-se preferencialmente na freguesia de Santo André de Poiares, a que pertencia Olho Marinho em finais do século XIX. Desta forma, foram examinados os registos de baptismo, casamento e óbito da freguesia de Santo André de Poiares referentes aos anos de 1860 a 1899. Relativamente a São Miguel de Poiares, Arrifana e Lavegadas foram estudados os registos de baptismo, casamento e óbitos referentes aos anos de 1860-1863; 1870-1873; 1880-1883; 1890-1893.

B17 (1867)	16	José Fernandes	Oleiro	-	-	Padrinho
B17 (1867)	84	José Fernandes	Oleiro	Cabeceiro	Olho Marinho	Pai
B18 (1868)	2	Antonino Correia	Oleiro	Aldeia Nova	Cabeceiro	Pai
B19 (1869)	63	Manuel Ferreira	Oleiro	-	-	Padrinho
B19 (1869)	73	Antonino Correia	Oleiro	Aldeia Nova	Cabeceiro	Pai
B19 (1869)	91	José Bernardo	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B21 (1871)	55	Antonino Correia	Paneleiro	Aldeia Nova	Cabeceiro	Pai
B22 (1872)	27	José Fernandes	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B22 (1872)	46	José Bernardo	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B22 (1872)	61	António Simões	Paneleiro	Chapinheira	Olho Marinho	Pai
B26 (1876)	59	José Fernandes	Oleiro	Forcado	Forcado	Pai
B26 (1876)	59	Manuel Ferreira	Oleiro	-	Forcado	Padrinho
B26 (1876)	69	Antonino Ferrão	Oleiro	-	Alveite Grande	Padrinho
B26 (1876)	89	José Bernardo	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B27 (1877)	35	Bernardo Ferreira	Oleiro	Forcado	-	Padrinho
B27 (1877)	39	João Fernandes	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B27 (1877)	61	Manuel Ferreira	Oleiro	Vale de Vaíde	Casal da Vila Chã	Pai
B27 (1877)	68	José Fernandes	Oleiro	Cabeceiro	Olho Marinho	Pai
B27 (1877)	96	Antonino Correia	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B27 (1877)	114	Bernardino Santos	Paneleiro	Vilarinho / Lousã	Alveite Grande	Pai
B28 (1878)	7	José Fernandes	Oleiro	Forcado	Forcado	Pai
B28 (1878)	115	José Maria Antunes	Oleiro	Forcado	Alveite Grande	Pai
B29 (1879)	18	Manuel Ferreira	Oleiro	Vale de Vaíde	Casal de Vila Chã	Pai
B29 (1879)	19	Antonino Correia	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B29 (1879)	22	António José	Oleiro	Alveite Grande	Vale de Vaíde	Pai
B29 (1879)	60	João Fernandes	Oleiro	-	Forcado	Avô
B29 (1879)	82	José Fernandes	Oleiro	Forcado	Forcado	Pai
B31 (1881)	3	José Fernandes	Oleiro	Forcado	Forcado	Pai
B31 (1881)	4	António Antunes	Oleiro	Forcado	Forcado	Pai
B31 (1881)	26	Manuel Ferreira	Oleiro	Vale de Vaíde	Casal da Vila Chã	Pai
B31 (1881)	33	José Maria Antunes	Oleiro	Forcado	Alveite Grande	Pai
B31 (1881)	34	Antonino José	Oleiro	Alveite Grande	Alveite Grande	Pai
B32 (1882)	20	João Fernandes	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B32 (1882)	38	Antonino Correia	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B32 (1882)	38	Josefa de Jesus	Oleira	Olho Marinho	Olho Marinho	Mãe
B32 (1882)	54	Bernardo Ferreira	Oleiro	-	Forcado/Serpins	Padrinho
B32 (1882)	54	Maria de Jesus	Oleira	-	Forcado/Serpins	Madrinha
B36 (1886)	22	Manuel Ferreira	Oleiro	Vale de Vaíde	Vale de Afonso	Pai
B36 (1886)	50	Antonino Correia	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B36 (1886)	108	João Fernandes	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B37 (1887)	35	Antonino Correia	Oleiro	Aldeia Nova	Olho Marinho	Pai
B38 (1888)	103	José Maria Antunes	Oleiro	-	-	Padrinho
B39 (1889)	10	Antonino Correia	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B39 (1889)	15	João Fernandes	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B39 (1889)	15	Amélia Pedrosa	Oleira	Paradela - Arganil	Olho Marinho	Mãe
B39 (1889)	93	Ludovina Henriques	Oleira	Alveite Grande	Alveite Grande	Mãe
B39 (1889)	108	Antonino Correia	Oleiro	Aldeia Nova	Olho Marinho	Pai
B41 (1891)	8	João Fernandes	Oleiro	Alveite Grande	Olho Marinho	Pai
B46 (1896)	96	João Fernandes	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai
B49 (1899)	97	João Fernandes	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho	Pai

Casamentos / Freguesia de Santo André de Poiars

Código Arquivo	Nº de registo	Nome e relação com o noivo	Idade	Ofício	Naturalidade	Morada
C10 (1867)	1	José Rodrigues Martinho (noivo)		Oleiro	-	Venda Nova
C14 (1871)	2	José Fernandes (noivo)	41	Paneleiro	Forcado	Forcado
C14 (1871)	2	Manuel Ferreira (testemunha)	-	Paneleiro	-	Forcado Serpins
C19 (1876)	1	António Ferreira (testemunha)		Oleiro		Forcado
C19 (1876)	23	José Maria Antunes (noivo)	30	Oleiro	-	-
C19 (1876)	23	António Antunes (testemunha)		Oleiro		Forcado
C23 (1880)	17	António Antunes (noivo)	32	Oleiro	Forcado	Forcado

C23 (1880)	17	José Antunes (pai do noivo)	-	Oleiro	Serpins	Forcado
C32 (1889)	40	José Fernandes (testemunha)		Oleiro	-	Forcado
C32 (1889)	41	José Bernardo (pai do noivo)		Oleiro	Olho Marinho	-

Óbitos / Freguesia de Santo André de Poiars

Código Arquivo	Nº de registo	Nome e relação com falecido	Idade do falecido	Ofício	Naturalidade	Morada
07 (1862)	28	João José (pai)	3 Dias	Paneleiro	Alveite Grande	Alveite Grande
07 (1862)	30	João José (pai)	10 Dias	Paneleiro	Alveite Grande	Alveite Grande
09 (1864)	43	Francisco Soares (falecido)	80	Paneleiro	Alveite Pequeno	Alveite Pequeno
015 (1870)	38	Antonino Correia (pai)	1 Ano	Oleiro	Aldeia Nova	Cabeceiro
015 (1870)	38	Ana dos Santos (mãe)	1 Ano	Oleira	Chaves	Cabeceiro
016 (1871)	39	Joaquim José (falecido)	65	Oleiro	Cabeceiro	Olho Marinho
016 (1871)	39	José Fernandes (pai)	65	Oleiro	Cabeceiro	Cabeceiro
016 (1871)	43	António Gonçalves (falecido)	70	Oleiro	-	Forcado
016 (1871)	58	José Ferreira Novo (falecido)	66	Paneleiro	Forcado	Forcado
016 (1871)	58	Manuel Ferreira (pai)	66	Paneleiro	Vilarinho / Lousã	Forcado
017 (1872)	62	António Dias (falecido)	16	Paneleiro	Alveite Grande	Alveite Grande
017 (1872)	62	José Dias (pai)	16	Paneleiro	Várzea - Goes	Alveite Grande
017 (1872)	62	Maria Gondar? (mãe)	16	Paneleira	Alveite	Alveite Grande
019 (1874)	40	José Fernandes (pai)	32	Oleiro	Cabeceiro	Cabeceiro
020 (1875)	61	Maria Henriques (falecida)	55	Paneleira	Alveite Grande	Alveite Grande
027 (1882)	17	Antonino Correia (pai)	5 Dias	Oleiro	Olho Marinho	Olho Marinho
027 (1882)	17	Josefa de Jesus (mãe)	5 Dias	Oleira	Olho Marinho	Olho Marinho
035 (1890)	14	João Fernandes (pai)	63	Oleiro	Serpins - Lousã	-
035 (1890)	16	José Antunes Silva (falecido)	87	Oleiro	-	Forcado
035 (1890)	24	Manuel Ferreira (pai)	6	Oleiro	Vale de Vaíde	Casal Vila Chã
038 (1893)	34	João Fernandes (pai)	3 Meses	Oleiro	-	Olho Marinho
039 (1894)	44	António Lopes (pai)	73	Paneleiro	Soutelo	Soutelo
040 (1895)	20	Bernardino Santos (falecido)	35	Oleiro	Vilarinho / Lousã	Alveite Grande

Em termos de localização geográfica existem 13 com residência em Olho Marinho, 12 em Forcado (mais 3 em Forcado/Serpins), 10 em Alveite Grande, 6 em Cabeceiro, 3 em Vale de Vaíde, 1 em Alveite Pequeno, 1 em Casal de Vila Chã, 1 em Soutelo e 1 em Venda Nova. Existem ainda 3 oleiros sem identificação de morada mas que são naturais de Serpins – Lousã, Olho Marinho e Forcado e, por último, existem ainda 3 oleiros para os quais não foi possível deduzir o seu local de nascimento ou residência.

Nos registos paroquiais relativos à **freguesia de São Miguel de Poiars** foi ainda identificado um oleiro de Forcado, lugar de Santo André de Poiars, chamado José Fernandes¹⁸, e um oleiro de Vila Chã, de nome António de Matos¹⁹, que falece com 75 anos. Vila Chã aparece identificada no registo como pertencente à freguesia de São Miguel de Poiars.

¹⁸ Freguesia de São Miguel de Poiars. Livro B6 (1862); nº registo 1

¹⁹ Freguesia de São Miguel de Poiars. Livro O14 (1871); nº registo 1

Estes dados demonstram que a maioria dos oleiros está localizada, relativamente ao concelho de Vila Nova de Poiares, na zona sudeste.



De facto, e se atentarmos na carta geológica do concelho de Vila Nova de Poiares, podemos perceber que existe uma relação directa entre a predominância de solos cuja presença de arenitos de carrascal e conglomerados de quartzitos, xisto e calcário coincide com os locais de instalação e residência dos oleiros, como é o caso notório de Olho Marinho.

Mas para além da distribuição espacial dos oleiros, os registos paroquiais permitem-nos aferir igualmente a sua localização no tempo. Neste sentido, os registos de óbito da freguesia de Santo André de Poiares permitiram descobrir o nome de alguns oleiros que exerciam a sua actividade nos finais do século XVIII. Assim, foi encontrado no livro de óbitos nº 16, referente ao ano de 1871, o óbito de um oleiro de Olho Marinho, Joaquim José²⁰, que faleceu com 65 anos. O mesmo registo indica-nos que o pai da pessoa falecida, José Fernandes, também era oleiro, embora natural de Cabeceiro. Este assento permite-nos concluir que José Fernandes era já oleiro em fins do século XVIII.

Outro caso interessante é o do oleiro José Ferreira Novo²¹, natural e morador em Forcado, e que morre com 66 anos no ano de 1871. Também neste caso o pai era oleiro, se bem que natural da Lousã. O facto de José Ferreira Novo ser natural de Forcado indica-nos que o seu pai, Manuel Ferreira, também já estaria a morar no mesmo lugar aquando do seu nascimento. Neste caso, podemos recuar a sua actividade também aos finais do século XVIII.

²⁰ Freguesia de Santo André de Poiares. Livro O16 (1871); nº registo 39

²¹ Freguesia de Santo André de Poiares. Livro O16 (1871); nº registo 58

Finalmente, é digno ainda de realce o oleiro Francisco Soares²², natural e morador em Alveite Pequeno, e que falece com 80 anos. A sua data de nascimento é de 1784. Tendo em conta que a aprendizagem de um ofício era tradicionalmente feita em idades bastante precoces, não custa acreditar que Francisco Soares exercesse também a arte da olaria em finais da centúria de setecentos, portanto, com menos de 16 anos.

Estes três registos são deveras importantes pois são, até agora, os elementos documentais mais antigos que sinalizam e comprovam a existência de oleiros em Vila Nova de Poiares.

2.3.4. A participação da família na produção oleira de Olho Marinho

Outros dados significativos que podem ser retirados dos registos paroquiais têm a ver com a participação feminina e da família em geral no ofício da olaria. Atente-se na seguinte tabela de mulheres oleiras identificadas nos registos paroquiais:

Nome da Oleira	Morada	Profissão do Marido
Maria Ferreira	Vale de Vaíde	Paneleiro
Josefa de Jesus	Olho Marinho	Oleiro
Maria de Jesus	Forcado / Serpins	Oleiro
Amélia Pedrosa	Olho Marinho	Oleiro
Ludovina Henriques	Alveite Grande	(Solteira)
Ana do Santos	Cabeceiro	Oleiro
Maria Gondar	Alveite Grande	Paneleiro
Maria Henriques	Alveite Grande	Desconhecido

Como se pode ver, praticamente todas as mulheres oleiras eram-no em conjunto com os seus maridos. Isto significa que, muito provavelmente, não se sentariam na roda de oleiro a produzir as peças mas estariam encarregues de outro tipo de actividades como a sua decoração ou a feitura de peças menos complexas. Júlia Jesus Fernandes, mãe de Fernando Correia, oleiro de Olho Marinho actualmente em actividade, fazia as tampas para os caçoilos.

Isabel Maria Fernandes²³ refere várias actividades que o oleiro e/ou a sua família tinham que desenvolver antes do barro chegar à roda: primeiro fazia-se a extracção do barro das barreiras,

²² Freguesia de Santo André de Poiares. Livro O9 (1864); nº de registo 43

²³ FERNANDES, Isabel Maria – Os Diferentes modos de preparar o barro nas olarias de louça preta portuguesa: extintas ou em laboração. In: **Actas das 3^{as} jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval**. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2003. pp. 333-350.

depois transportava-se o barro até à oficina e, finalmente, preparava-se a pasta (onde o barro é esmagado, peneirado e amassado com água) até estar apto para ser trabalhado à roda. A preparação da pasta era antigamente uma tarefa feminina.

Esta dedicação de vários membros da mesma família a um determinado ofício, como se pode ver no caso da oleira Maria Gondar, em que o seu marido e o seu filho eram oleiros, demonstra a importância desta actividade para a sustentação económica de muitas famílias. O próprio oleiro Fernando Correia revelou-nos que, na casa do avô, toda a gente vivia em função da produção das louças de barro. Umas pessoas deslocavam-se até às barreiras, outros amassavam o barro, outros ainda faziam testos, enquanto os mais experientes se sentavam à roda. Na sua família, o avô (José Maria Simões Correia), o pai (Silvino Correia) e os seus sete tios eram todos oleiros.

Também a idade com que os oleiros começavam a sua actividade pode ser aferida nos registos paroquiais. Sabemos, por exemplo, que António Dias²⁴ já era oleiro aos 16 anos, quando faleceu em 1872. Claro que também nos podemos interrogar se António Dias se sentava à roda de oleiro ou se apenas ajudava o pai, figurando ainda assim no registo como oleiro. Parece-nos, contudo, tendo por base as entrevistas e a bibliografia consultada, que os indivíduos do sexo masculino teriam um acesso preferencial à roda de oleiro. Neste caso, um rapaz podia começar a aprender desde muito cedo os segredos da arte passando a ajudar a família. Repare-se que Fernando Correia começou a aprender com o pai a modelar peças na roda logo aos 8 anos de idade. O próprio Silvino Correia aprendeu desde muito novo a arte com o seu pai. Este padrão de comportamento sugere-nos que António Dias, aos 16 anos, já teria alguns anos de experiência acumulada enquanto oleiro de facto.

Estas informações demonstram que a olaria, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, era uma actividade económica central para muitos agregados familiares de Olho Marinho e região envolvente, facto que se reflectia no número de pessoas dos vários agregados familiares que estavam directamente envolvidas na produção das peças e na precocidade com que os mais novos acediam aos segredos da arte.

²⁴ Freguesia de Santo André de Poiães. Livro O17 (1872); nº registo 62

2.3.5. Barro preto de Olho Marinho no século XX

Ao longo do século XX uma série de factores vai determinar que haja um desinvestimento dos consumidores e dos próprios produtores na loiça cerâmica, como veremos mais adiante. Antes de abordarmos esse assunto, no entanto, convém tentarmos perceber primeiro quem eram e quantos eram os oleiros de Vila Nova de Poiares no século XX.

Uma boa forma de se pesquisar a actividade industrial e comercial do ofício de oleiro em Vila Nova de Poiares no século XX é a consulta de anuários comerciais. Para este estudo foram consultados os anuários comerciais de Portugal relativos aos anos de 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1977²⁵. Percebe-se, no entanto, que estes registos se preocupam em identificar apenas os fabricantes de cerâmica, sendo que somente nos anos de 1960 e 1977 é que foram discriminados, em particular, os oleiros. Relativamente aos anos de 1960 e 1970 foram ainda identificados os comerciantes de loiças e vidros.

Fabricantes de Cerâmica

1910 ²⁶	José Antunes
	José Fernandes Oleiro
1920 ²⁷	José Antunes
	José Fernandes Oleiro
1930 ²⁸	José Antunes
	José Fernandes Oleiro
1940 ²⁹	José Antunes
	José Fernandes Oleiro
	Carlos Simões
1950 ³⁰	Cerâmica Santa Rita, Lda.
	José Fernandes Oleiro
	Carlos Simões
1960 ³¹	Cerâmica Santa Rita, Lda.
	José Fernandes Oleiro
	Carlos Simões
1970 ³²	Cerâmica Santa Rita, Lda.

²⁵ O anuário começa a ser publicado no ano de 1905 mas não tem qualquer referência a fabricantes de cerâmica ou de loiça preta. O último ano do anuário é 1977.

²⁶ PIRES, Caldeira (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal Ilhas e Ultramar: 1910**. II Volume. Direcção de Caldeira Pires. Lisboa: Propriedade de Manoel José da Silva, 1910.

²⁷ PIRES, Caldeira (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal: 1920**. Volume III: concelhos do continente. Direcção de Caldeira Pires. Lisboa: Empresa Tipográfica do Anuário Comercial, 1920.

²⁸ LEITÃO, Luiz (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal: 1930**. Volume II: províncias. Direcção de Luiz Leitão. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1930.

²⁹ MOITA, Luiz (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal: 1940**. Volume II: províncias e ilhas. Direcção de Luiz Moita. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1940.

³⁰ **Anuário Comercial de Portugal: 1950**. Volume II: províncias e ilhas. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950.

³¹ **Anuário Comercial de Portugal: 1960**. Volume III: concelhos ilhas e ultramar. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1960.

³² **Anuário Comercial de Portugal: 1970**. Volume II: continente. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1970.

	Ceramiguel, Lda.
--	------------------

Comerciantes de Loiças e Vidros

1960	Armando Fernandes Coimbra
1970	Armando Fernandes Coimbra
	Coimbra e Rosas, Lda
	Santos e Filhos, Lda.

Fabricantes de Loiça Preta (Olho Marinho)

1960	José Augusto Correia
	Silvino Correia
	José Maria Simões Correia
	Raul Correia
1977 ³³	Silvino Simões Correia
	Joaquim Simões Correia
	José Antunes Paiva
	José Augusto S. Correia

É significativo que praticamente todos os fabricantes de loiça preta identificados nestes anuários sejam da mesma família, precisamente a família de Fernando Correia, o atual oleiro. Lá estão apontados o seu avô, José Maria Simões Correia, o seu pai, Silvino Simões Correia e alguns dos seus tios. Não sabemos, contudo, o grau de exaustividade destes anuários. Fernando Correia informou-nos que além do avô e do pai tinha ainda 7 tios oleiros. Ora, este dado não se encontra reflectido nas listas destes anuários. Daí que seja mais seguro olharmos para esta fonte de informação como pecando por defeito.

A análise dos recenseamentos da população realizados ao longo do século XX também nos permite examinar, se bem que apenas para alguns anos (dado o carácter excessivamente genérico da informação normalmente apresentada), a indústria cerâmica³⁴ no concelho de Poiães ou no distrito de Coimbra durante o século passado. O recenseamento de 1930³⁵, por exemplo, conclui que viviam em Vila Nova de Poiães 6 pessoas que se dedicavam à indústria cerâmica, 3 homens (trabalhando 1 por conta de outrem e dois por conta própria) e 3 mulheres (que auxiliavam os respectivos maridos oleiros). No recenseamento de 1950³⁶, por sua vez, ficamos a saber que 7 homens se dedicavam à indústria dos minerais não metálicos (tipologia que identifica, desde o recenseamento de 1940, a

³³ ALVES, José da Felicidade (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal: 1977**. Volume II. Direcção de José da Felicidade Alves. Lisboa: [s.n.], 1977.

³⁴ E dizemos indústria cerâmica porque em praticamente nenhum recenseamento analisado se consegue perceber dentro dessa indústria quantos são os oleiros.

³⁵ PORTUGAL. REPÚBLICA PORTUGUESA – **Censo da população de Portugal. Dezembro 1930**. III Volume. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

³⁶ PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – **IX Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950**. Tomo III. Volume I. Lisboa: Bertrand, 1953.

indústria cerâmica) em Vila Nova de Poiares. No censo de 1960³⁷ esse número sobe para 17, apesar do Anuário Comercial do mesmo ano ter identificado apenas 4 oleiros de louça preta. O Anuário Comercial de 1977 contabiliza igualmente 4 oleiros.

Certo é que em Olho Marinho a geração posterior à de Silvino Correia, pai do único oleiro existente actualmente, abandonou ou nem sequer tomou contacto com a olaria. Enquanto que Fernando Correia nos informou que na época do seu avô existiam em Olho Marinho cerca de 30 oleiros, actualmente só existe um. Esta diminuição no número de oleiros, em particular, segue uma tendência nacional.

2.3.6. A crise da olaria artesanal

Segundo Isabel Maria Fernandes³⁸, o desinvestimento, por parte dos consumidores, na loiça cerâmica, é um processo que já vem de tempos bastante mais recuados. Na Idade Média, as classes economicamente mais abastadas começaram a substituir as peças feitas no torno por peças de ferro, cobre, vidro, estanho, latão, prata e ouro. Foi, no entanto, e ainda segundo Isabel Maria Fernandes, o aparecimento das fábricas de faiança na segunda metade do século XVIII que remeteu a loiça artesanal para um plano decididamente secundário. A maior resistência e profusão cromática da faiança impunha-a como uma séria concorrente relativamente à cerâmica tradicional. Além disso, as fábricas de cerâmica em geral, com processos de produção industriais e a grande escala, conseguiam apresentar no mercado produtos que concorriam directamente com os produzidos pelos oleiros mas a um preço baixo. Estas fábricas eram uma realidade bem presente em Coimbra nos inícios do século XIX. José Amado Mendes refere a existência de 14³⁹, apesar de 6 destas estarem em decadência, fruto da concorrência estrangeira.

Durante o século XIX, inovações tecnológicas, como o fogão de ferro (que reclamava utensilagem também de ferro) ameaçavam fazer desaparecer a louça cerâmica artesanal do quotidiano das famílias portuguesas. Como lembra Eugénio Lapa Carneiro, “A lareira, onde o pote, a panela, o

³⁷ PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – **X Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes a 15 de Dezembro de 1960**. Tomo V. Volume III. Lisboa: Bertrand, [196?]

³⁸ FERNANDES, Isabel Maria – Oleiros e olarias em Portugal: uma perspectiva histórica. In: **As Idades da Terra**. Lisboa: Instituto do Emprego e da Formação Profissional, 2003.

³⁹ MENDES, José Amado – **Cerâmica em Coimbra nos finais do século XIX e inícios do século XX**. Coimbra: [s.n.], 1988.

púcaro, a caçoila e a chocolateira de barro funcionavam, a lareira dos serões, dos contos e das adivinhas, como coisa anacrónica era posta de parte. E o fogão de ferro pedia vasilhame de ferro.”⁴⁰

Importa referir igualmente que as fracas perspectivas económicas dos oleiros e a vida dura que levavam afastaram definitivamente os filhos (que optavam muitas vezes por emigrar) do ofício dos pais, colocando a sobrevivência de muitas dessas actividades em risco. O caso de Olho Marinho, onde apenas sobrevive um oleiro de tradição é um caso paradigmático desta realidade.

O progressivo desaparecimento do quotidiano da louça feita na roda de oleiro tornou urgente, na ideia de alguns intelectuais, reflectir sobre esses artefactos em risco de extinção. Isabel Maria Fernandes refere que, “Quando na segunda metade de oitocentos os investigadores sentem necessidade de estudar estas produções, tal facto é já um sintoma da sua decadência (...) É uma época de grandes homens, dedicados ao estudo, protecção e divulgação destas produções olárias, homens esses que não olharam a meios para lutarem pela defesa destas «olarias rústicas», fomentando exposições industriais e criando museus.”⁴¹

Vai assim nascer, ainda durante o século XIX, um discurso etnográfico sobre a olaria que legitima o seu progressivo aparecimento nas colecções museológicas das instituições de carácter etnográfico. Como lembra Filipa Vicente, “A cerâmica tornou-se mais uma categoria pronta a ser situada na vasta e sucessiva história da humanidade.”⁴²

Apesar de tudo, estas modificações na cultura material das comunidades portuguesas deram-se muito mais rapidamente nas cidades do que nos meios rurais, onde as peças tradicionais continuaram a ser muito utilizadas durante a primeira metade do século XX.

O resultado deste contexto adverso desaguou, nos anos 50 do século XX, no cenário traçado por Adalberto de Campos Brito no seu estudo⁴³. O autor diz que esta indústria possuía, à época, um carácter predominantemente rústico e regional, sendo que poucas eram as olarias que vendiam para os grandes centros urbanos. Prova disto é o facto de que, de um total de 83 olarias referidas pelo

⁴⁰ CARNEIRO, Eugénio Lapa – **O Fim da olaria tradicional portuguesa**. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1970.

⁴¹ FERNANDES, Isabel Maria – Oleiros e olarias em Portugal: uma perspectiva histórica. In: **As Idades da Terra**. Lisboa: Instituto do Emprego e da Formação Profissional, 2003.

⁴² VICENTE, Filipa – Histórias da cerâmica. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. Pp. 142-145.

⁴³ BRITO, Adalberto de Campos – **Estudo sobre a indústria cerâmica**. Separata dos Boletins D.G.S.I.. Ano II, nºs 61 a 75. Lisboa: D.G.S.I., 1950.

autor, apenas são identificadas 4 que trabalhavam com recurso à força motriz. Nenhuma destas estava localizada no distrito de Coimbra, no entanto.

Ao mesmo tempo, já se fazia notar a concorrência que outros materiais iam fazendo à cerâmica, como o alumínio e o ferro esmaltado. As bilhas, por exemplo, começavam a ser substituídas cada vez mais por garrações ou recipientes metálicos, enquanto os alguidares de barro davam progressivamente lugar aos lava-loiças, lava-roupas e alguidares de zinco e ferro esmaltado. Para o autor, apenas os vasos para flores e alguns objectos de cunho mais artístico conseguiam ainda agradar a uma significativa quantidade de consumidores. Mais tarde, com o aparecimento dos plásticos, o campo de manobra da cerâmica utilitária iria reduzir-se ainda mais.

2.3.7. A comercialização de louça preta

Segundo Isabel Maria Fernandes⁴⁴, no século XIX a comercialização da louça preta, tanto no Norte como no Centro do país, era feita pelo próprio oleiro, que carregava a louça até aos mercados e feiras. Os homens transportavam a louça às costas, em sacos de linhagem ou em carros de bois. Nos locais perto de rios a louça era transportada de barco. As mulheres levavam a louça à cabeça, pelo menos nas deslocações mais rápidas. Estes oleiros podiam percorrer distâncias de 40 Km, em jornadas que duravam todo o dia. Noutros casos, os oleiros podiam ausentar-se de casa por vários dias, vendendo a sua produção de terra em terra. De referir que, além das feiras e dos mercados, os oleiros também se deslocavam às festividades cíclicas de diversos lugares. A venda das peças era muitas vezes feita em troca de géneros alimentares.

Ainda segundo Isabel Maria Fernandes⁴⁵, a área de influência de uma produção podia estender-se por um espaço de 50 a 60 Kms. Se fosse transportada de barco ainda podia ir mais longe. Por exemplo, sabe-se que a louça de Ovar chegou abundantemente ao Porto nos séculos XVII e XVIII, tendo sido transportada, pelo menos em parte do seu percurso, por via fluvial e marítima.

A louça de Olho Marinho, por sua vez, era vendida preferencialmente nos locais mais próximos assim como nos mercados de Góis, Lousã e Serpins. Silvino Correia vendia toda a sua produção à porta de

⁴⁴ FERNANDES, Isabel Maria – Comercialização: a venda da louça. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 81-84.

⁴⁵ FERNANDES, Isabel Maria – Comercialização: a venda da louça. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 81-84.

casa a dois grandes feirantes, que depois a revendiam. O seu filho, Fernando Correia, vende a maioria da produção a comerciantes do norte e centro do país e, mais recentemente (desde 2013), em feiras de artesanato (como na Feira Internacional de Artesanato de Lisboa, a Feira Nacional de Vila do Conde, a Feira de Artesanato de Pombal, a Feira de Artesanato da Maia, entre outras). Esta presença cada vez mais assídua em feiras, para além do negócio que sempre existe, é também uma forma de mostrar o seu trabalho e a tradição de Olho Marinho e a dar a conhecer.

2.3.8. A chanfana e o caçoilo



O oleiro de Olho Marinho percorre, na sua produção, toda a tipologia da louça preta (sobretudo utilitária), por encomenda. Mas aquela que mais o ocupa e lhe enche o forno é o caçoilo para a chanfana e, mais recentemente, o tacho. Fá-los de acordo com cada encomenda: para uns assim, para outros de outra forma, uns com o fundo mais estreito (à maneira dos antigos), outros com as bases já mais largas, adaptadas aos bicos dos fogões, pequenas variantes de um mesmo modelo para uma mesma utilização. A chanfana mantém os caçoilos, como o azeite e as azeitonas mantinham os potes, as talhas e as tarefas de antigamente.

Existe, sem dúvida, uma forte relação entre o bom sabor dos alimentos e as peças de barro onde são produzidos. Vários autores confirmam esta relação como é o caso de Rocha Peixoto, referindo-se à louça de Gove e Ancede, duas freguesias do concelho de Baião, “ (...) muito porosas (...) e enegrecidas pelo fumo e pelas substâncias orgânicas que o fogo carbonizou, têm a reputação do bom gosto dado à água e à comida”⁴⁶. No livro “A Louça preta em Portugal”⁴⁷, António Dinis e Paulo Amaral sugerem a mesma ligação no arroz preparado no alguidar de barro de Gondar⁴⁸ e ainda o

⁴⁶ PEIXOTO, Rocha – Sobrevivência da primitiva roda de oleiro em Portugal. In: **Etnografia portuguesa**. Lisboa: Edições D. Quixote, 1995. pp. 392-417.

⁴⁷ CENTRO REGIONAL DE ARTES TRADICIONAIS; FERNANDES, Isabel Maria, TEIXEIRA, Ricardo (coordenação) – **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997.

⁴⁸ DINIS; António P., AMARAL, Paulo – O Arroz no alguidar de barro de Gondar. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 105-106.

café na chocolateira de barro de Bisalhães⁴⁹. Por sua vez, Rute Reimão fala das carnes de fumeiro preparadas na louça de Vilar de Nantes⁵⁰.

O mesmo se pode dizer dos caçoilos de louça preta de Olho Marinho e do sabor que dão à Chanfana⁵¹, esse prato cujo gosto se estende ao longo dos distritos de Aveiro, Coimbra e mesmo, pontualmente, Viseu. A importância do prato para a sobrevivência da produção de louça preta em Olho Marinho é muito elevada. Isabel Maria Fernandes defende que, “Se por um qualquer motivo o gosto das gentes do centro do país se alterasse e a chanfana deixasse de ser um prato de eleição estou certa que a morte destas pequenas olarias, já de si em avançada decadência, seria súbita.”⁵² É interessante observar, neste caso, como a cultura material de uma localidade pode ser tributária de uma realidade, neste caso gastronómica, que se encontra a montante e que, em parte, a explica.



⁴⁹ DINIS; António P., AMARAL, Paulo –O Café na chocolateira de barro de Bisalhães. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 110.

⁵⁰ REIMÃO, Rute – A Matança do porco e as carnes para fumeiro. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 103-104

⁵¹ FERNANDES, Isabel Maria – A Chanfana na caçoila de louça preta. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 106-108.

⁵² FERNANDES, Isabel Maria – A Chanfana na caçoila de louça preta. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 106-108.

2.4. Delimitação geográfica da área de produção



O concelho de Vila Nova de Poiares é relativamente recente, já que esteve integrado no termo de Coimbra até 1836 e apenas em 1905 foi definitivamente elevado a concelho. É actualmente composto por 4 freguesias – Arrifana, Santo André de Poiares, S. Miguel de Poiares e Lavegadas.

Pese embora o facto de Olho Marinho ser actualmente um lugar da freguesia de São Miguel de Poiares, e se tratar do local onde, tradicionalmente, mais se produziu louça preta no concelho (o que lhe conferiu a denominação do lugar), a proposta de delimitação da área geográfica de produção para o barro preto de Olho Marinho a certificar pretende ser mais abrangente.

Propõe-se que seja considerado todo o concelho de Vila Nova de Poiares, na perspectiva de possibilitar o alargamento e a disseminação desta actividade por uma área de abrangência mais ampla, permitindo o incremento da olaria tradicional, actualmente em grande declínio, ameaçada mesmo de extinção num futuro próximo caso não sejam tomadas medidas urgentes e extremas tendentes à sua recuperação.



Desta forma, seria possível que oleiros de todo o concelho que abraçassem a arte da olaria pudessem ver as suas produções certificadas, caso as mesmas estivessem dentro dos parâmetros técnicos e estéticos exigidos para esta produção artesanal tradicional. Esta valorização da produção, não só garantiria a manutenção desta arte tradicional, como a tornaria apetecível e viável, incrementando e promovendo a sua produção.

Este facto possibilitaria ainda uma acção formativa direccionada a camadas mais jovens, de outras localidades do concelho, potencialmente mais vocacionadas e atraídas para esta actividade,

colmatando falhas de um passado recente e possibilitando um renascer da olaria de Olho Marinho como uma actividade económica viável e com futuro promissor.

Pensamos que, desta forma, e alargando o âmbito de incidência da certificação do barro preto de Olho Marinho a todo o concelho de Vila Nova de Poiares, potenciaremos a sua revitalização, aumentando o seu potencial e atraindo mais profissionais para a arte, promovendo simultaneamente uma produção de qualidade, autêntica, em que o consumidor poderá confiar, conhecendo toda a sua história, os seus autores e o contexto geográfico e social que lhe deu origem.

Por outro lado, a ligação à chanfana, prato da gastronomia tradicional portuguesa associado ao concelho de Vila Nova de Poiares (e não a uma ou a outra freguesia ou lugar), legitima a abrangência que aqui se sugere.

2.5 . Identificação e caracterização das matérias-primas utilizadas

2.5.1. As matérias-primas

A localização das oficinas de olaria aparece muitas vezes conectada com a respectiva qualidade e quantidade de matérias-primas de um referido território, como se o barro, muito e bom, proporcionasse o desenvolvimento da actividade. É como se os oleiros, desde os tempos antigos, fossem capazes de proceder à compreensão das pastas locais sabendo compensar as dificuldades técnicas, empiricamente, com misturas possíveis de argilas, ensaiadas por tentativas nas inúmeras produções, recorrendo às reacções que as peças sofriam na secagem e respectiva cozedura. Torna-se interessante perceber o modo como os oleiros de Olho Marinho procederiam para escolher as argilas convenientes ao fabrico das cerâmicas que, por serem de uso culinário, uma boa parte delas, ia directamente ao fogo, sofrendo a pasta cozida uma grande agressão. Estas argilas para peças de utilização culinária, expostas directamente à chama ou à brasa, a fogo lento, como já referimos, necessitariam de componentes particularmente pouco sensíveis a choques térmicos, por isso, muito gordurosos.

A resistência de uma peça ao choque térmico depende da natureza da pasta, do seu fraco coeficiente de dilatação, da natureza do desengordurador, da abundância da gordura na mistura efectuada e, como sabemos, da temperatura máxima da cozedura.

Na composição mineralógica das argilas da região de Olho Marinho, observamos a presença de minerais maleáveis em quantidades importantes, bem como outros de qualidade refractária, o que dá às argilas essa característica de resistência aos choques térmicos.

Em toda a região centro do país as pastas são de tipo caulínico e, portanto, de pequena retracção à secagem e cozedura.

2.5.2. Extracção e preparação do barro

Importa agora debruçar-nos um pouco sobre a própria actividade de oleiro em si. Antigamente, como nos indicou o Sr. Fernando Correia e nos informa Isabel Maria Fernandes⁵³, os oleiros de Olho Marinho utilizavam dois tipos diferentes de barro que eram depois misturados: um que era extraído na freguesia, no lugar de Alveite, e outro que era originário da Chapinheira, que pertence à freguesia de Pombeiro da Beira, do concelho de Arganil. O barro da freguesia era o barro fraco e o da Chapinheira era o barro gordo. A mistura dos dois proporcionava a pasta ideal para ser trabalhada.

O barro não se encontrava a uma grande profundidade e era arrancado com uma enxada e depois carregado em pequenas cestas. Podia depois ser transportado às costas, em carro de bois ou, mais recentemente, em tractores. Quando chegava à oficina o barro tinha que ser seco e depois guardado em local coberto. Quando precisava do barro o oleiro trazia-o para uma eira e juntava-lhe água, ficando assim a amolecer. Depois o barro era amassado com os pés descalços, tarefa que era geralmente atribuída às mulheres ou aos filhos, até atingir uma determinada consistência. Na fase seguinte colocava-se o barro numa mesa onde era muito bem batido entre as mãos procurando-se retirar do barro todos os resquícios de impurezas que eventualmente ainda possuísse. Formavam-se deste modo as *pélas* que tinham como destino a roda.

As produções eram executadas num anexo rudimentar, colado à casa. Em famílias de situação económica mais difícil, a casa do oleiro era composta por um compartimento que servia de sala e cozinha, com chão em terra batida e o forno encontrava-se dentro dele, a um canto. Ao centro estava uma fogueira onde se cozinhava.

A produção actual tem pouco a ver com a penosidade de outros tempos pois os oleiros recentes de louça de Olho Marinho melhoraram as suas condições de vida. Fugiram do peso do ofício que guardam na memória mas regressaram com novas atitudes de resolução das questões mais duras da actividade da olaria.

⁵³ FERNANDES, Isabel Maria – Os Diferentes modos de preparar o barro nas olarias de louça preta portuguesa: extintas ou em laboração. In: **Actas das 3^{as} jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval**. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2003. pp. 333-350.

Embora o barro possa ainda hoje ser encontrado à superfície um pouco por toda a região, o cenário é agora bem diferente. Actualmente utiliza-se uma mistura de argila local (extraída com recurso a maquinaria e carregada por tractores) com pasta adquirida a empresas cerâmicas de outras proveniências. No entanto, o oleiro de Olho Marinho faz sempre a mistura final com barro local, para obter os resultados que este tipo de louça utilitária necessita.



Quando o barro chega à oficina leva uma série de voltas, até ser considerado apto a ir à roda: quando a pasta não vem já elaborada, procede-se à mistura das várias pastas de modo a que possa ser trabalhado em máquinas eléctricas - batedeiras, poupando assim, o grande esforço físico de o amassar.

2.6 . Descrição do modo de produção, designadamente técnicas, ferramentas utilizadas e equipamentos auxiliares

2.6.1 O torno de oleiro e utensílios

A penetração da roda de pé em Portugal fez-se de sul para norte e de ocidente para oriente, a norte da bacia do Mondego, encontrando-se associada a um barro de fácil modelação e ao uso de processos técnicos e de fornos primitivos ou do tipo romano tardio. No torno de pé, a completa independência manual e a velocidade do movimento de rotação permitem uma rápida execução, com aproveitamento dos efeitos das forças centrípeta e centrífuga. Era este o torno usado tradicionalmente em Olho Marinho.



Hoje, em Olho Marinho, utilizam-se rodas eléctricas, num consciente processo de facilitação do trabalho e rentabilização da produção.

Como utensílios acessórios à produção de olaria, os oleiros serviam-se e servem-se ainda apenas de uma bacia com água, um pano molhado e de um pedaço de cana, madeira ou mesmo um tubo de esferográfica, pequenas rodas metálicas, pedras ou outros materiais residuais que tem à mão, com os quais fazem marcas, incisões ou carimbos na louça. É com este instrumental rudimentar que o oleiro brune e faz a decoração da louça de Olho Marinho.



No processo de modernização e rentabilização do processo produtivo, recorre-se hoje à utilização de prensas – jaule, para enformar os pedaços de barro em bruto, que são depois modelados na roda de oleiro. Este processo de molde inicial em nada prejudica a qualidade da produção, antes a torna mais uniforme, permitindo uma produção de pequenas séries, muito útil, por exemplo, à produção dos caçoilos, tachos, assadeiras e alguidares tortos (tipologias de peças mais vendidas nos dias de hoje).

Para darem brilho à pasta, os oleiros serviam-se e ainda o fazem de uma pedra redonda (seixo de rio), com a qual raspam as peças depois de secas, mas antes de cozidas. À pedra chama-se brunideira, porque a operação de brilho se designa por brunir. Actualmente utilizam também outros instrumentos para conferir brilho às peças, sempre utensílios simples, de fácil execução, ou pequenas peças que adaptam a essa função numa busca incessante de melhorar resultados (rapidez e eficácia do brunido).



2.6.2 A secagem e a cozedura

Modeladas as peças na roda, são depois deixadas a secar em local arejado, preferencialmente sem sol directo. A duração da secagem depende das condições atmosféricas, podendo ir até uma semana. Secas, as produções são então enfiadas.



O forno utilizado em Olho Marinho tem vindo a evoluir: antigamente uma cova no quintal (soenga), depois próximo do modelo clássico da cozedura a lenha, ou seja, um forno de duas câmaras, com duas bocas (uma para alimentação de combustível - lenha e outra para as operações de enfiamento e desenfornamento), e actualmente forno a gás.



No forno a lenha, utilizado até há cerca de 6 anos, a operação de enfiamento era complexa e demorada, pois as peças maiores eram colocadas em baixo e, em cima destas, “encastelavam-se” todas as outras, deixando espaços entre si para que não colem e para que o fogo circulasse uniformemente. Depois de carregado o forno, acendia-se um fogo fraco, para temperar, indo-se acrescentando lenha para que a temperatura subisse e atingisse o rubro. Nesta altura estava

concluída a cozedura, começando o processo de “abafamento”, tapando-se todas as entradas de ar no forno. O importante é que o seu encerramento fosse total e que, de algum modo, permitisse acompanhar o evoluir da subida da temperatura e ter algum controle sobre ela (devia chegar aos 990 graus centígrados). O encerramento completo da câmara de cozedura permitia que o fumo libertado penetrasse nos poros do barro das peças, enegrecendo-as. Esta atmosfera redutora, criada dentro do forno, possui um potencial químico baixo em oxigénio, com deposição de carbono por efeito de reacção à queima, na forma de fumo negro, directamente responsável pela cor da louça e promovendo a decomposição do monóxido em dióxido de carbono, durante o arrefecimento lento, com a consequente impregnação das peças.



Hoje utiliza-se forno a gás, de grande capacidade, que atinge os 980 – 1020 graus centígrados e cuja entrada de ar é completamente vedada no auge da temperatura para se obter a cozedura redutora. As formas de vedar a entrada de ar no forno têm vindo a evoluir, sendo que os processos actuais utilizam materiais modernos que substituem o barro na vedação da porta do forno.



A louça é disposta em “prateleiras”, não tocando uma na outra e permitindo, assim, uma cor mais uniforme e sem manchas. No entanto, quanto maior é o forno maiores são as probabilidades de haver diferenças na coloração da louça, ficando uma mais preta e outra mais acinzentada (conforme a menor ou maior incidência de calor na parte do forno onde a peça se encontra).

A caulinite e as micas são os constituintes argilosos responsáveis pelas propriedades desenvolvidas pelo barro após a cozedura. Na sua composição aparecem teores variáveis de óxidos de sódio, potássio, magnésio, cálcio, silício, alumínio, ferro e, residualmente, outros. No caso de Olho Marinho, os componentes das argilas da região são fortes em óxidos, dióxidos e até pentóxidos, o que atenua o enegrecimento, sendo responsável pela sua coloração mais cinza/prateada.



2.6.3. A decoração

Trata-se de peças essencialmente utilitárias (actualmente ainda mais do que no passado), pelo que a decoração das peças é quase nula. Para além do brunir (que, para além de abrilhantar a louça torna-a mais impermeável), por vezes, e em peças de carácter mais decorativo, é-lhes aposta decoração muito simples, que consta essencialmente de figuras circulares picotadas ou feitas com roldanas, pequenos apontamentos geométricos, vegetalistas e florais e incisões.

No entanto, e cada vez mais, o carácter quase exclusivamente utilitário desta produção afasta qualquer tipo de aposição de motivos decorativos da mesma, sendo que hoje se decoram apenas as raras peças decorativas e miniaturas (bilhas, jarras, candelabros,...). Também as peças de grande

porte como as talhas e os potes, hoje sem a utilidade funcional de antigamente, são decoradas com apontamentos/listas feitas com as mãos (incisão do polegar).



2.7. Identificação das principais características físicas do produto, tais como dimensões, formas, desenhos ou padrões e cores predominantes

A olaria preta de Olho Marinho distingue-se da de outros centros produtores de louça preta do centro e norte do país, por algumas características particulares que diferenciam esta produção em relação às demais e lhe conferem uma identidade própria reflectida no discurso das formas e tipologia das peças e nos seus elementos decorativos.



O **caçoilo** foi sempre (e continua a ser) a peça mais produzida em Olho Marinho, facto a que não é alheio a chanfana, produto gastronómico muito forte e tradicional em Vila Nova de Poiares. Faziam-se igualmente outras peças, além do caçoilo, como as **panelas de pernas**, as **talhas** para armazenamento e conservação de alimentos e para as barrelas de roupa, os **púcaros** que eram aplicados azenhas, as **tarefas**

para lagares de azeite, as **padelas** (espécie de alguidar) e **vasos** para colheita de resinas. Estas peças caíram, entretanto, em desuso e a sua produção é hoje apenas residual e feita por encomenda.



Actualmente, a louça com mais saída são os **caçoilos** (em, pelo menos, 7 tamanhos diferentes), as **assadeiras** (em 4 tamanhos e modelos diferentes), o **tacho** (em 3 tamanhos diferentes), o alguidar torto, o assador de castanhas e o assador de chouriços.

Este centro de produção tem feito crescer a sua produção em variedade, tentando dar resposta às solicitações de um público cada vez mais diversificado que encontra nos inúmeros certames nacionais onde se apresenta, acrescentando às suas formas mais tradicionais outras, influenciadas por tipologias de outras regiões. É o caso das assadeiras rectangulares, dos alguidares tortos e outras peças que tradicionalmente não se produziam em Olho Marinho.



Relativamente à variedade de peças deste centro produtor, identificam-se sobretudo peças de carácter utilitário, algumas das quais tendo já perdido as suas funcionalidades. Para além das atrás referidas - **caçoilo, panela de pernas, talha, púcaro, padela, vaso de resina, tarefa para lagar de azeite, vaso para azenhas, assadeira, tacho** -, existem uma série de outras – **bule, cafeteira, pote, chávena e pires de café, assador de castanhas, cântaro de segredo, tigela, prato, sertã, caneca, mealheiro, candelabro, diversos tipos de jarra, candeia, cabaça, púcara, miniaturas,...**

De seguida, listam-se, de forma não exaustiva, as peças identificadas com a tipologia de Olho Marinho. É óbvio que a qualidade técnica e estética das peças deve ser factor igualmente importante num processo de certificação, pelo que não serão admitidas no processo peças cuja qualidade comprometa a produção artesanal em causa. Poderão ainda ser certificadas peças comprovadamente antigas e cuja produção seja retomada; evoluções de formas tradicionais desde que não desvirtuem a tipologia de Olho Marinho; peças de dimensões diferentes das apresentadas como exemplo (mas tendo sempre em conta que se trata de uma produção essencialmente utilitária).

No que respeita às medidas das peças, optou-se por não as referir dada a sua variedade. No entanto, e para efeitos de certificação, as peças utilitárias não deverão ter dimensões exageradas tendo em conta a função a que se destinam. Excluem-se deste caso as miniaturas, que, embora numa escala muito reduzida, reproduzem as formas de tamanho real.

BARRO PRETO DE OLHO MARINHO

A produção de Olho Marinho foi evoluindo ao longo dos tempos, marcada pelas solicitações de um mercado influenciado por outros centros produtores de louça preta. Daí que, à tipologia tradicional, exclusivamente utilitária, se tenham vindo a acrescentar novas formas (utilitárias e decorativas) que passaram a integrar a discurso desta produção artesanal.

Peças mais emblemáticas e actualmente com maior volume de produção:

Caçoilo

- Recipiente para confecção e serviço de alimentos. Tem fundo plano embora alguns se apresentassem ligeiramente convexos para guardar o calor. O fundo tem vindo a alargar, no sentido de poder ir ao fogão a gás. É hoje indissociável da confecção da chanfana.



Tacho

- Confecção e serviço de alimentos. Pode ter ou não asas; pode ter ou não testos.



Alguidar torto

- Confecção e serviço de alimentos (arroz)



Assadeiras

- Confeção de alimentos no forno.
- Existem vários tamanhos e modelos (oval ou rectangular, com ou sem grelha, com pegas ou asas).
- É uma das peças mais vendidas na actualidade.



Assador de chouriços

- Para assar chouriço e enchidos



Assador de castanhas

- Para assar castanhas.



Pote e talha

- Armazenamento e conservação de alimentos.
- O pote é de menor dimensão que a talha e pode ter asas e tampa.



Outras peças produzidas (ainda que em menor volume e algumas só por encomenda):

Panela de três pernas

- Confeção de alimentos, directamente no fogo ou pendurada sobre ele. Esta peça podia ser tapada com testo ou não, consoante o prato que estava a ser preparado.



Púcaro/cântaro/caneca

- Contenção e serviço de líquidos.



Prato

- Serviço de alimentos à mesa.



Sertã/frigideira

- Confeção e serviço de alimentos.



Tacho de asa

- Confeção e serviço de alimentos.



Tigela

- Serviço de alimentos.



Caneca/copo

- Ingestão de líquidos.

O copo não tem pega.



Chávenas de café (e pires)

- Ingestão de café.



Cafeteira

- Confeção e serviço de café.



Cântaro de Segredo

- Serviço e ingestão de água.
- Essencialmente decorativa.
- Uma das peças mais emblemáticas da louça preta portuguesa.



Jarras/púcaras/bilhas diversas

- As jarrinhas de boca larga serviam de copo e usavam-se para servir bebidas ou também para decantar líquidos como tisanas ou chás.
- Essencialmente decorativas.



Cabaça

- Ingestão de líquidos.
- Actualmente é uma peça decorativa.



Candeia

- Iluminação



Candelabro

- Iluminação.



Mealheiro

- Contenção e guarda de moedas.



Miniaturas

- Réplicas, em tamanho reduzido,
das peças utilitárias e decorativas.



2.8. Condições de inovação no produto e no modo de produção que, abrindo essa possibilidade, garantam a preservação da identidade do produto

Numa produção com as características da olaria de Olho Marinho, que tradicionalmente era exclusivamente utilitária, corre-se o risco de, com a perda da funcionalidade da maioria das peças, se descaracterizar e desvirtuar a tipologia predominante numa tentativa de “inventar” formas modernas, essencialmente decorativas.

No entanto, as características desta tipologia – “pureza” de formas e decoração minimalista - abrem possibilidades para um processo de inovação funcional, sem grande risco de descaracterização. Aliás, há já um ténue caminho trilhado nesse sentido, da responsabilidade única dos oleiros em actividade e que prova esta abertura.

Para além deste percurso, tem havido simultaneamente um processo de modernização do modo de produção em si, com a introdução de equipamentos mecânicos de facilitação de algumas tarefas mais árduas. É o caso da roda eléctrica, que substituiu o torno de oleiro, da batedeira e da prensa – jaule e, mais recentemente, do forno a gás.

Neste panorama de relativa inovação e antes de concentrar esforços em processos de inovação estética e formal mais contemporâneos, parece-nos importante cuidar da maior fragilidade encontrada neste centro produtor: o número reduzido de oleiros activos, a fraca rentabilidade da produção e a resolução de alguns aspectos da produção que obstam a que este tipo de louça continue a ser utilizado pela restauração (por questões que se prendem com impregnação de gorduras). Neste ponto, sugere-se o recurso a entidades que possam auxiliar na resolução deste problema da impermeabilização da louça (estudando “vidrados” que não interfiram esteticamente com o aspecto tradicional da louça, por exemplo). Não se conseguirá revitalizar este núcleo sem um sério investimento na melhoria das condições de trabalho e mão-de-obra nas olarias, sem estudar formas para uma mais eficaz impermeabilização da louça e sem uma promoção e comercialização eficazes.

Assim, somos de opinião que a prioridade de intervenção a nível da inovação se deverá centrar nestas acções, o que poderá constituir o início de uma nova postura social e económica da actividade da olaria, renovada, dignificada e atractiva para o aparecimento de novos produtores.

2.9. Referência às normas de qualidade a que o produto está sujeito, designadamente as que se relacionam com a fiabilidade do mesmo ou com requisitos específicos de saúde e segurança, sempre que se justifique.

Uma vez que a olaria negra de Olho Marinho não é vidrada (não estando sujeita a teores de chumbo e cádmio), as normas de qualidade do produto prendem-se exclusivamente com as questões da utilização culinária deste tipo de louça.

Um dos motivos mais apontados, nomeadamente na restauração, para o gradual desuso da louça preta, na sua generalidade, é o aparecimento de odores e a impregnação com gorduras. Este problema terá resolução com a implantação da prática da recolha periódica das peças utilizadas por parte do oleiro e a realização de nova cozedura redutora a baixa temperatura (o que, embora resolva pontualmente a situação, não resolve o problema de base) ou com a utilização de pastas mais gordurosas (mas equilibradas para aguentarem altas temperaturas, uma vez que esta louça permite a ida ao fogo).

No entanto, parece-nos que no caso concreto do barro preto de Olho Marinho, tal problema, embora seja uma realidade, terá menos expressão que em outros núcleos de produção de louça preta, dada a composição das argilas locais, com grande incidência de minerais refractários (o que torna a louça mais impermeável, portanto menos sujeita a impregnação).

Dado tratar-se de uma produção quase exclusivamente utilitária, as peças para uso culinário devem ser sujeitas a testes para uso da marca que comprovem que a louça está apta para esse fim, transmitindo confiança ao consumidor e comprovando que as pastas não contêm componentes tóxicos e/ou nocivos para a saúde. Aconselha-se, como boa prática, que cada oleiro que adira ao processo de certificação faça prova da qualidade da sua louça utilitária através de análises às pastas utilizadas e louça produzida.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge – **Cerâmica comum local e regional de Conímbriga**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Suplemento da Revista “Biblos”, nº 8.

ALMEIDA, M. Lopes – **Artes e ofícios em documentos da Universidade 1630 – 1650**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972. Separata do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, volume XXIX.

ALVES, José da Felicidade (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal: 1977**. Volume II. Direcção de José da Felicidade Alves. Lisboa: [s.n.], 1977.

ANACLETO, Regina – **Arganil**. Lisboa: Editorial Presença, 1996. (Colecção Cidades e Vilas de Portugal; 21)

Anuário Comercial de Portugal: 1950. Volume II: províncias e ilhas. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950.

Anuário Comercial de Portugal: 1960. Volume III: concelhos ilhas e ultramar. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1960.

Anuário Comercial de Portugal: 1970. Volume II: continente. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1970.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE COIMBRA - **Arquivo Coimbrão: boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra**. Director J. Pinto Loureiro. Volume IV (1938-1939). Coimbra.

BORGES, Nelson Correia – **Coimbra e região**. Lisboa: Editorial Presença, 1987. (Novos Guias de Portugal; 6)

BRITO, Adalberto de Campos – **Estudo sobre a indústria cerâmica**. Separata dos Boletins D.G.S.I.. Ano II, nºs 61 a 75. Lisboa: D.G.S.I., 1950.

CAETANO, Lucília – Miranda do Corvo: museu vivo da cerâmica de barro vermelho. In: Revista **Munda**. Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, nº 13. Coimbra. 1987, pp. 46-56.

CAPÃO, António Tavares Simões – **As Cartes de foral de Miranda do Corvo**. [S.l.]: Edição Mirante, 1989.

CARNEIRO, Eugénio Lapa – **O Fim da olaria tradicional portuguesa**. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1970.

CARVALHO, Luís Fernando de – **Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve: Beira**. [S.l.]: Edição de Autor, 1961.

CORREIA, Alberto – **Olaria negras populares: apontamento didáctico**. Oliveira do Hospital, Centro de Formação Profissional de Artesanato, [19??]

DINIS; António P., AMARAL, Paulo – O Arroz no alguidar de barro de Gondar. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 105-106.

DINIS; António P., AMARAL, Paulo – O Café na chocolateira de barro de Bisalhães. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 110

- FERNANDES, Isabel Maria – A Chanfana na caçoila de louça preta. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 106-108.
- FERNANDES, Isabel Maria – Comercialização: a venda da louça. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 81-84.
- FERNANDES, Isabel Maria – Oleiros e olarias em Portugal: uma perspectiva histórica. In: **As Idades da Terra**. Lisboa: Instituto do Emprego e da Formação Profissional, 2003.
- FERNANDES, Isabel Maria – Os Diferentes modos de preparar o barro nas olarias de louça preta portuguesa: extintas ou em laboração. In: **Actas das 3^{as} jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval**. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2003. pp. 333-350.
- FERNANDES, Isabel Maria – Sua geografia. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 28-33.
- FERRÃO, José Maria Dias – **Concelho de Poiares**. [S.l.]: Tipografia Lousanense, 1905
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – **Guia de Portugal: Beira Litoral**. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- JÚNIOR, Manuel Leal – **Vila Nova de Poiares: monografia**. Vila Nova de Poiares: [Câmara Municipal], 1978
- LEITÃO, Luiz (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal: 1930**. Volume II: províncias. Direcção de Luiz Leitão. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1930.
- MOITA, Luiz (direcção) - **Anuário Comercial de Portugal: 1940**. Volume II: províncias e ilhas. Direcção de Luíz Moita. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1940.
- LEMONS, Álvaro V. – **A Lousã e o seu concelho**. Lousã: Câmara Municipal, 1988.
- MASCARENHAS, Teresa, SOUSA, Ana Macedo e – **Vila Nova de Poiares: 100 anos de história**. Vila Nova de Poiares: [s.n.], 1999.
- MENDES, José Amado – **Cerâmica em Coimbra nos finais do século XIX e inícios do século XX**. Coimbra: [s.n.], 1988.
- PEIXOTO, Rocha – Sobrevivência da primitiva roda de oleiro em Portugal. In: **Etnografia portuguesa**. Lisboa: Edições D. Quixote, 1995. pp. 392-417.
- PIMENTA, Belisário - Oleiros de Miranda do Corvo. In: **Revista Arte e Arqueologia**. II ano. Nº 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933.
- PINTO, J. Loureiro – **Forais de Coimbra**. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1940.
- PIRES, Ana – Olaria do Carapinhal e Bajouca. In: **As Idades da terra**. Lisboa: IIEFP, 2003.
- PIRES, Caldeira (coordenação) - **Anuário Comercial de Portugal Ilhas e Ultramar: 1910**. II Volume. Direcção de Caldeira Pires. Lisboa: Propriedade de Manoel José da Silva, 1910.

PIRES, Caldeira (coordenação) - **Anuário Comercial de Portugal: 1920**. Volume III: concelhos do continente. Direcção de Caldeira Pires. Lisboa: Empresa Tipográfica do Anuário Comercial, 1920.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – **VIII Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940**. Volume VII. Distrito de Coimbra. Lisboa: INE, 1944.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – **IX Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950**. Tomo III. Volume I. Lisboa: Bertrand, 1953.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – **X Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes a 15 de Dezembro de 1960**. Tomo V. Volume III. Lisboa: Bertrand, [196?]

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – **XI Recenseamento da população no continente e ilhas adjacentes**. II volume. Lisboa: INE, 1973.

PORTUGAL. REPÚBLICA PORTUGUESA – **Censo da população de Portugal. Dezembro 1930**. III Volume. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

REBELO, Fernando, DIAS, Pedro – **Coimbra e Região**. Coimbra: Edições portuguesas de arte e turismo, 1978.

REIMÃO, Rute – A Matança do porco e as carnes para fumeiro. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. pp. 103-104

RIBEIRO, Margarida – Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa. In: **Revista de Guimarães**. Volume 72 (3-4), 1962. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento

SANTOS, Pedro, CARRITO, Madalena – **A Chanfana: ex-líbris da gastronomia regional**. V.N. Poiares: Confraria da Chanfana, 2003.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Um passeio pela história de Poiares: dos séculos XII a XIX. In: GUEDES, Rui [direcção] - **Vila Nova de Poiares: um passado com futuro**. Vila Nova de Poiares: Edição de Rui Guedes, 2001. pp. 13 – 30.

SOARES, Jaime Carlos Marta (Coord.) – **Vila Nova de Poiares: Um Passado com Futuro II**. Vila Nova de Poiares: Edições Época de Ouro, 2002.

TEIXEIRA, Ricardo – Cerâmica preta: o “olhar” do arqueólogo. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997

VICENTE, Filipa – Histórias da cerâmica. In: **A Louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: CRAT, 1997. Pp. 142-145.

VILAÇA, Raquel - – Considerações sobre cerâmicas pré e proto-históricas do território português. In: MUSEU DA OLARIA – **A produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro: actas do colóquio**. Barcelos: Museu da Olaria, 2007.